

Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 111ª (centésima primeira) Reunião Ordinária
Dia 14 fevereiro de 2003

Às 9:00 (nove) horas do dia 14 de fevereiro de 2003 (dois mil e três), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência do Dr. Djalma Souto Maior Paes Júnior, presidente do Conselho. Havendo número legal, o presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 109ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de novembro de 2002. 2) Análise do processo nº 07.42646.9.00 - Instalação do Centro Comercial e Empresarial (projeto de reforma). Rua Estrada do Arraial nº 3036, Casa Amarela. 3) Análise do processo nº 07.273526.01 - Instalação da fábrica da Schincariol – Rua SD 9411 – Guabiraba. 4) Discussão do documento – A DINÂMICA URBANA RECENTE DA CIDADE DO RECIFE – Versão Preliminar – DIRBAM/SEPLAM. 5) Outros. Em seguida, deu posse aos conselheiros: Dr. José Cavalcanti de Rangel Moreira, como membro titular representante da Diretoria de Controle Urbano – DIRCON da SEPLAM, em substituição a conselheira Fernanda Carolina Vieira da Costa. Ao Dr. José Eduardo Santos Vital, como membro titular representante da Secretaria de Finanças, em substituição ao Dr. Reginaldo Muniz Barreto e ao Dr. Dilson de Moura Peixoto Filho, como membro titular representante da Secretaria de Serviços Públicos, em substituição ao Dr. Alberto Neves Salazar. Dando continuidade, justificou a não inclusão na Ata da 110ª Reunião Ordinária, a apresentação do Dr. Adrimom Bezerra Cavalcanti - EMTU, sobre a inversão do tráfego nas ruas Domingos Ferreira e Conselheiro Aguiar em Boa Viagem. Estiveram presentes os conselheiros, Dr. Djalma Souto Maior Paes Júnior, presidente do CDU, Dra. Norma Lacerda, suplente do presidente, Dr. José Cavalcanti de Rangel Moreira, Diretor Geral da DIRCON/SEPLAM (titular), Dr. Rodolfo Ramirez Souto, Secretaria da Política de Assistência Social (suplente), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município da Secretaria de Assuntos Jurídicos (titular), Dra. Djane Barros Mendonça Salsa, representante da Secretaria de Educação (suplente), Dr. Roberval Veras de Oliveira, Secretário Adjunto da Secretaria de Serviços Públicos (suplente), Dr. Francisco José Couceiro de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Econômico (titular), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Dra. Maria de Fátima Furtado, Professora do Mestrado de Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Dr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Enio Laprovitera da Motta, representante do IAB/PE (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI-PE (titular), Dr. Ronaldo Coelho Filho, representante do CENDHEC (titular), Dr. Carlos Maurício Fonseca Guerra, representante do Centro Josué de Castro (suplente), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar, representante do Serviço Comunitário de Justiça e Paz (titular), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do Fórum do Prezeis (titular), Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (suplente), e o Sr. Altamir Jorge do Espírito Santo, representante do MNLM-PE (titular).

Continuando, o presidente solicita a Dra Norma Lacerda que faça a apresentação do documento sobre a revisão do Plano Diretor - A DINÂMICA URBANA RECENTE DA CIDADE DO RECIFE – Versão Preliminar. A suplente do presidente antes de iniciar a apresentação propriamente dita, faz quatro pontuações, informando que, “primeiro, o documento é uma aproximação da recente dinâmica da cidade do Recife, pois as diversas dimensões não foram aprofundadas. Caso fossem teríamos para cada assunto um volume semelhante a este que vocês têm. Por exemplo, a parte econômica está bastante deficiente, mas é objeto de um estudo específico que já está sendo desenvolvido. A outra questão é que se trata de um diagnóstico. Não incluímos praticamente nenhuma proposta, embora já tenhamos algumas decorrentes das reuniões com representantes das diversas secretarias, propostas advindas das Conferências setoriais realizadas. A terceira pontuação é que se trata de uma versão preliminar, portanto, sujeita a ajustes, complementações e supressões. A equipe técnica já detectou falhas no documento. Por exemplo, a parte de saúde e de educação têm uma análise comparativa em relação às demais cidades da Região Metropolitana, mas não estão espacializadas em relação ao território da cidade do Recife. A última pontuação é em termos de evolução. Temos dados que são estanques, por exemplo, os dados de saúde são de 1999 e 2000, o que não permitiu uma análise de sua evolução. Como se trata de uma versão preliminar, pressupõe-se que seja um processo, então, decidimos reproduzir o documento e encaminhá-lo com antecedência ao Conselho, para um tempo maior de leitura. Este documento é fruto de uma mobilização interna a partir de reuniões com representantes de todas as secretarias, com listagem de todos os problemas e posteriormente um grande esforço para uma análise sistêmica dos problemas. (cópia da apresentação, em anexo). Após a apresentação, o Dr. Djalma inicia a discussão sobre o documento, passando a palavra ao conselheiro Arménio – ADEMI, que parabeniza Dra. Norma pelo documento, falando que “embora tenha havido um crescimento da verticalização, o grande problema da cidade é o crescimento informal. Lembro o projeto Construa Certo, que foi pensado com o objetivo de diminuir os problemas acarretados com a auto construção. Hoje, vemos um enorme crescimento de laje sobre laje, uma alvenaria que não suporta, aumentando nitidamente o adensamento dessas regiões sem infra-estruturas, sem recolher o lixo, sem acesso até mesmo de entrada para uma ambulância”. Em seguida, passa a palavra ao conselheiro Antônio Carrilho – FIEPE, que fala dos dados importantes apresentados por Dra. Norma. “Percebemos que a densidade populacional está menor onde a urbanização foi mais formal. Temos um advento novo na cidade, que é o metrô, causando preocupação. Segmentos com maior poder aquisitivo se aproveitam mais da malha do metrô do que as pessoas com menor poder aquisitivo, que precisam mais desse tipo de transporte mais barato”. Continuando, Dra. Norma responde ao conselheiro Arménio, dizendo que, “concorda que nas áreas mais pobres o tratamento do esgoto é zero. Temos conhecimento também das exigências da CPRH. E, se reportando ao conselheiro Carrilho, diz que a atividade de planejamento na nossa cidade foi muito relegada. Estamos penando com a ausência de ações efetivas de macro drenagem, com custo altíssimo para a municipalidade. Hoje, estamos com 3 mil e 500 auxílios – moradia, para evitar que pessoas morram. Tivemos o maior índice pluviométrico dos últimos dez anos e, não ocorreu nenhuma morte. Como planejadora urbana sinto-me frustrada, estamos a reboque. Deveríamos ter para esta área que você se referiu do metrô, uma operação urbana”. O presidente passa a coordenação da reunião para a sua suplente, com o objetivo de atender uma comunidade. Dando prosseguimento, Dra. Norma passa a palavra a

conselheira Elaine – Fórum do Prezeis. “Está havendo uma disparidade, houve um corte de 1 milhão e 200 mil reais do orçamento do Fórum do Prezeis. Não existe muito interesse quando se trata de área pobre. As áreas ZEIS, infelizmente, não são ainda respeitadas”. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Márcio Rocha – CUT. “Os doze bairros objetos da recente Lei de 12 Bairros, têm a rede de esgoto hoje toda drenada, embora a estação de tratamento de Peixinhos não funcione. Todo o esgoto é jogado no rio, transferindo o problema da cidade do Recife para Olinda. Na realidade são bairros nobres, onde as pessoas pagam suas tarifas e não têm o serviço, o tratamento adequado. Outra coisa importante que observei durante a apresentação, diz respeito a área de Boa Viagem, bairro com pouca estrutura de esgoto convencional. Ora, cabe a Prefeitura do Recife, como titular do serviço, embora a concessão esteja com a COMPESA, fazer valer o direito da cidade, para que a população possa ter melhor qualidade de vida. O esgoto está sendo transferido para a estação de tratamento da Cabanga, que joga direto no rio Capibaribe. Seria importante a realização de uma Conferência Metropolitana de Saneamento Ambiental, pois o problema extrapola o município do Recife”. Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Maria Lúcia – FIJ. “Pelo que pude observar nos mapas apresentados, está havendo mais coisas negativas do que positivas para a população da nossa cidade. No que diz respeito à educação e saneamento, nos mapas 6.2 e 6.3, estão as áreas mais críticas. Existe um grande descaso com crianças menores de 7 anos, elas não têm onde estudar. Sobre saneamento, não existe na grade curricular, educação ambiental. Os alunos não aprendem o porquê de não se jogar lixo nas ruas, nos canais, não agredir o meio ambiente. O sistema viário, as ruas não dão condições dos carros transitarem, o carro do lixo entra e sai de ré, por falta de espaço. As ruas estão se fechando cada vez mais, sem nenhuma fiscalização. Em relação à violência, não existe uma política cultural, não temos apoio”. Continuando, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP, “endosso as colocações da conselheira Elaine, sobre as ZEIS. Em relação ao documento, ele está muito bom, sobretudo na parte que trata da dinâmica físico territorial da cidade, excelente, rico, com muitos dados. Algumas sugestões, primeiro com relação a parte que trata da dinâmica social da cidade, no item lazer/esporte, págs: 15 e 16, sinto necessidade de mais dados, mais informações. A segunda, diz respeito a dinâmica econômica da cidade, em que pese a informação de Norma, sinto falta de dados que tratem do trabalho informal, realidade muito expressiva na nossa cidade e, a última sugestão diz respeito à necessidade de se contemplar o fenômeno que observamos hoje, que é a interseção econômica e social do Recife com a Região Metropolitana, sobretudo com Jaboatão, Olinda e Paulista. Diagnosticar Recife e não se levar em conta essa interseção, essa relação tão profunda entre esses municípios, talvez, seria empobrecer o diagnóstico”. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON. “Observei que a análise começou de uma forma estanque, depois vocês tentaram fazer uma visão sistêmica. O que preocupa, mesmo com o modelo final, a síntese sistêmica, é como levar esse diagnóstico, essas propostas à sociedade. Esse planejamento só será realizado, conjuntamente com a sociedade”. Em seguida cita uma fala de Milton Santos sobre ser planejador ou não, proferida num Fórum Social em Paris. “Em relação a indignação da conselheira Elaine, sobre o corte no orçamento do Fórum do Prezeis, tínhamos que ter uma idéia do orçamento como todo, saber para onde foi o dinheiro que estava previsto, sem isso não poderemos fazer uma avaliação”. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Roberval Veras – Sec. Serviços Públicos. “Primeiro este documento irá permitir uma discussão mais ampla e, com certeza supriremos algumas

deficiências, algumas imprecisões. Estamos numa dinâmica grande de trabalho, o saneamento tem sido um segmento bastante trabalhado nesta gestão, embora os resultados não apareçam a curto prazo. A intervenção do município é limitada devido à falta de recursos. E, para finalizar, é importante que seja registrado não só os resultados, os dados, mas, como estamos fazendo”. Passando em seguida a palavra a conselheira Fátima Furtado – MDU/UFPE. “Cito alguns exemplos de coisas que me preocupam, por exemplo, resíduos sólidos, 100% de atendimento na cidade do Recife. Coisa que questiono há 15 anos. Como é que Recife pode ter 100% de coleta de resíduos e, viver cheia de lixo? O relatório sai com esta distorção, porque a Prefeitura coloca uma caçamba estacionária na base de um morro e diz que a população está atendida em termos de limpeza urbana. Outra questão é sobre o processo, precisamos saber sobre as estratégias. Precisamos saber como está a relação do PPA, do Orçamento e do Planejamento Territorial. Essas coisas são historicamente separadas. Arquitetos e similares fazem o planejamento territorial urbano, outro grupo distinto faz o planejamento governamental. Isso não pode ocorrer. É preciso que essas coisas venham juntas, têm que ser tratadas juntas. Sinto novamente uma visão compartimentada, setorial. Os Planos de Ação das ZEIS continuam se arrastando. Me preocupou também, ver na ficha técnica do documento a ausência da URB. Novamente uma fratura. Finalmente, a questão do estabelecimento de metas. O diagnóstico só será considerado bom, se além de ilustrativo, abrangente, permitir que estabeleçamos metas. Se isso não estiver claro, não tiver uma direção, não teremos Plano. Acho fundamental a participação da comunidade, coloco com clareza que houve também a participação da comunidade no PDCR, mas, não garantiu sua implementação. Temos que ter estratégias muito claras”. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Maurício Guerra – CJC. “Tenho algumas dúvidas sobre alguns dados apresentados, sinto necessidade de aprofundarmos mais esta discussão. O próprio crescimento de Guabiraba, desordenado, é preocupante. Boa Viagem, pelo que entendi, não teve um crescimento significativo. Outra questão que não foi mencionada, mas é importante, é a região central do Recife. Existe a necessidade de investir nesta região. Se investiu muito nas infra-estruturas destas “ilhas” que são os 12 bairros e Boa Viagem, em detrimento de outras áreas da cidade. O compromisso desta inversão é de todos nós, público e privado. Para isso é necessário o planejamento participativo, com garantia da implantação do processo. O Fórum de Reforma Urbana vem se colocando à disposição, há bastante tempo para contribuir com esse processo, a nível local e metropolitano. Tem que ser atendido todos os segmentos, não só um determinado interesse”. Em seguida, o conselheiro Enio Laprovitera – IAB, sede sua palavra ao Professor Geraldo Santana, que agradece a oportunidade na condição de visitante, está reagindo sobretudo como cidadão. “Sinto falta há alguns meses de uma assistência da imprensa sobre a revisão do Plano Diretor, mesmo sendo uma obrigação legal. Outro comentário é sobre a metropolização. A tese do Dr. Antônio Baltar é de 1951. Ele viu a metropolização na década de 40. Essa metropolização era sobretudo com Recife e Olinda, um pouco com Jaboatão. Nesse ponto, vejo necessidade de ajustarmos o nosso desenho, com a visão da cidade como ela é hoje. Essa escala da cidade merece ser analisada. Ai entra uma questão que é atribuição nossa, dessa visão de economia urbana. Quero me fixar em apenas duas, a economia dos transportes e do trânsito e a deseconomia dos vazios urbanos. Essa é minha reivindicação como cidadão, que se dê importância a essas duas questões”. Concluída a fala dos conselheiros, Dra. Norma a título de conclusão, agradece as sugestões. “Foram sugestões ricas, que com certeza serão incorporadas ao documento e, solicito que sejam remetidas por escrito.

Estamos fazendo um novo mapeamento das nossas atividades. A revisão do Plano Diretor estará concluída até dezembro de 2003. Em maio, quando estivermos mais avançados em termos de propostas, realizaremos um Seminário, onde iremos convidar pessoas, especialistas nessa área, pessoas importantes no Governo Federal, como: Hermínia Maricato e Raquel Ronik, trazê-las, para de fato discutir propostas. Chamo atenção, de que teremos que nos organizar, nos articular com os diversos espaços de diálogo da administração, para levarmos toda essa discussão. Estamos refazendo o trabalho de agendamento dos nossos passos. Como vocês sabem, tivemos mudança na SEPLAM, quer queira quer não, rebateu no ritmo das nossas atividades. Mais uma vez insisto na questão de vocês nos mandarem por escrito as sugestões. Informo também, sobre o avanço que conseguimos em termos de cartografia. Realizamos uma leitura morfológica e tipológica da cidade, ou seja, uma cartografia para o planejamento urbanístico, que nunca a cidade teve. Vamos tê-la geo referenciada. Na próxima reunião apresentaremos o novo mapeamento, ou melhor, poderemos enviá-lo com antecedência, para que vocês tenham elementos para discussão na reunião do mês de março". Em seguida, Dra. Norma passa para a análise do primeiro processo - Instalação do Centro Comercial e Empresarial (projeto de reforma) na Estrada do Arraial, nº 3036, Casa Amarela, convidando o conselheiro relator Enio Laprovitera - IAB, para apresentar seu parecer. "Meu parecer traz dois conjuntos de observações. Um meramente vigilante, se o processo passou ou não, pelo percurso técnico obrigatório de empreendimento de impacto. O outro, diz respeito ao impacto do ponto de vista do desenvolvimento. O projeto é extremamente importante na medida que complementa até uma ação anterior da Prefeitura. Me pareceu que foi a filosofia de ação da Lei dos 12 Bairros, quando procura reorientar o crescimento da cidade para outras áreas/bairros adjacentes a "área dos 12 bairros". Concluindo, por tanto, sou a favor da aprovação do referido projeto. Ref. Processo nº 07.42646.9.00". (cópia do parecer, em anexo). O conselheiro Enio questionou o tempo que leva em tramitação um processo como esse, que vem tramitando desde 2000. Solicitou uma discussão específica com objetivo de encontrar alguma solução para minimizar o problema. Questionou também, sobre a necessidade de ao passar pelo Colegiado Técnico da DIRCON, ter ainda que tramitar na CCU e no CDU. "No Conselho, meramente uma complementação do ponto de vista de desenvolvimento". Se reportando ao conselheiro Enio, Dra. Norma sugere que esta discussão seja iniciada na Comissão de Controle Urbanístico, para depois chegar ao CDU, por ser uma instância maior. Esclareceu também, que em relação ao processo, a CCU fez algumas exigências. Uma foi que a empresa adotasse uma praça próximo ao empreendimento, outra diz respeito ao melhoramento do espaço público em termos de calçada, até à praça. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro Enio para alguns informes sobre o Construa Certo. "O projeto acabou de ser formatado, negociamos com a URB/Recife, através da Diretoria de Projeto Especiais, e com a Caixa Econômica Federal". Informou também, que o Construa Certo será feito por profissionais habilitados e não por estudantes. Antes da votação do projeto, a conselheira Fátima Furtado - MDU/UFPE, solicita que seja dado retorno ao CDU do cumprimento das exigências condicionantes ao habite-se. Finalmente, Dra. Norma coloca o parecer do relator em votação. Aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Prosseguindo, Dra. Norma passa para a análise do segundo processo nº 07.273526.01 - Instalação da fábrica da Shincariol em Guabiraba, solicitando ao conselheiro relator Carlos Antônio Aguiar - SCJP, que faça a apresentação do seu parecer. "Este processo como o que Enio relatou, tramita também há bastante tempo na Prefeitura, desde o ano de 2001". Fazendo em seguida, a leitura do seu

parecer, (cópia em anexo). Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA, que pergunta, “qual a função de doar a rua ao município? Pois doar ao município e o mesmo não ter condições de mantê-la, isso é ruim. Acredito que seria mais importante garantir a acessibilidade através de um documento legal”. O conselheiro Carlos Aguiar justificou que, a sugestão foi acatada devido ao parecer do Colegiado Técnico da DIRCON. “Um parecer breve, sugerindo a adoção desse espaço ao município”. Dando continuidade, o conselheiro José Rangel – DIRCON, comunica que a via de acesso existente encontra-se obstruída com ocupações, por esta razão, a DIRCON sugeriu a transferência por parte da empresa para a municipalidade, fazendo com que o acesso às áreas vizinhas, formadas por granjas e empresas, tenham um melhor fluxo”. A seguir, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Elaine – Fórum do Prezeis. “Me preocupa a questão dessa rua porque hoje ela está ocupada. Qual o destino das pessoas que estão residindo nesse local? Essa empresa tem que nos dar de retorno algo mais concreto do que uma pequena rua. Por exemplo, em Guabiraba, existe um trecho complicado na BR, onde as pessoas atravessam com perigo, ocasionando um grande índice de acidentes. Poderemos solicitar a instalação de uma passarela neste trecho, assim beneficiando bem mais a população local”. Continuando, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Aristóteles, que fala, “insisto nesse assunto, devido a existência nesse local de uma rua abandonada, sem manutenção por parte do município. Se esta passar para o município será mais uma rua abandonada. Se estiver atrelada a empresa, por obrigação, por um contrato da Prefeitura, condicionante a sua implantação com obrigação da manutenção”. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Tatiana – SAJ. “A afetação de uma área à uso público tem nome, chama-se rua. O fato do poder público ter dificuldades em manter as ruas abertas, não é motivo suficiente para sua privatização. Seria uma maneira equivocada de solucionar o problema. O exemplo da praça serve para mostrar o oposto, a praça continua sendo pública, de uso público, embora, a manutenção seja feita através de um convênio com a entidade privada. Não podemos transformar os espaços públicos em espaços privados por conta das dificuldades de manutenção. Deveremos sim, incentivar as parcerias. Em relação ao que a conselheira Elaine colocou, sugerindo um benefício maior para a comunidade por parte do empreendedor, a Prefeitura é muito tímida nas exigências de medidas compensatórias dos impactos urbanos”. Passando a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON. “Com relação a proposta da Elaine, reforço a posição de Tatiana e recordo os exemplos da TRICKEN e da ODEBRECH, se preocupando com as questões ambientais, promoveram cursos sobre produção, criaram praças para passeios, preocupados com as questões de risco, criando assim uma grande marca reconhecida nacionalmente”. Continuando, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Fátima Furtado – MDU/UFPE. “Reforçando o que foi dito, essa negociação para a aprovação de projeto ou a liberação da licença de operação da fábrica, com ações do tipo que foram propostas no parecer, são comuns em outros locais, são medidas mitigadoras de impacto, não absolutamente uma doação, é uma compensação pelo impacto que está causando, tem que ser visto do ponto de vista do planejamento ambiental. A Prefeitura ainda não tem muita clareza da dimensão dessa negociação. Ótima a sugestão da construção da passarela. Deveríamos criar instrumentos para que essas coisas ficassem efetivamente condicionadas à liberação do empreendimento. Outra coisa, o que acontece com as decisões que tomamos aqui no Conselho? Sei, que são registradas em atas, vão para DIRCON para efeito de fiscalização?” O conselheiro representante da DIRCON, José Rangel, fala que “nessa gestão isso está acontecendo, é papel da fiscalização da

DIRCON, do corpo técnico da DIRCON". A seguir, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Francisco Couceiro – SDE. "Talvez seria interessante criarmos alguns instrumentos que obrigassem o retorno ao Conselho das nossas determinações, das exigências colocadas. Louvo o parecer do Carlos Aguiar, pois é inovador, pensar em programas que estão estabelecidos em políticas públicas. O programa chamado mão-de-obra local tem atuado nas obras da Prefeitura, não tem se estendido às obras privadas, porque não há exigência legal de se estabelecer isso. Nas operações urbanas, por exemplo, poderemos torná-los obrigatórios. Não há porque não haver recomendações quanto a programas sociais". A conselheira Tatiana fala que, "quando a LUOS diz, que a Prefeitura poderá através da CCU e do CDU criar novas exigências, ela está dizendo que, exigências dessa natureza que Carlos sugeriu, poderão ser colocadas no papel, em termos de compromisso, um contrato e condicioná-las a concessão de licença, de habite-se. Como existem muitas leis que não são cumpridas, seria mais produtivo construir uma cultura de colaboração entre o poder público e os empreendedores, assim não precisaríamos de fiscalização, nem de exigirmos de ninguém o cumprimento das obrigações". Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra a conselheira Maria Lúcia – FIJ. A conselheira falou da importância de observamos se a mão-de-obra da comunidade vizinha está sendo aproveitada neste empreendimento. Concluindo as colocações por parte dos conselheiros, Dra. Norma passa para a votação do parecer do relator Carlos Aguiar, que foi aprovado pelos conselheiros, com uma abstenção do conselheiro Antônio Benévolo Carrilho – FIEPE. Foi acrescido a título de sugestão, por não fazer parte do parecer do relator, a solicitação da conselheira Elaine – Fórum do Prezeis, sobre a construção de uma passarela. Retomando as colocações dos conselheiros, Dra. Norma passa a palavra ao Antônio Carrilho – FIEPE, que faz uma leitura de um protesto. "Não posso votar contra Pernambuco e em particular contra o Recife. Me abstenho por não ter como olhar para meus associados no SINDUSCON que têm seus projetos analisados com todo rigor da Lei, demandando prazos de dois anos para início de suas obras. Esta fábrica está concluída. Onde está o poder de polícia da DIRCON? Nosso setor tem obras embargadas por motivos minúsculos se comparados a uma obra concluída clandestinamente com o conhecimento da DIRCON". Posteriormente, o conselheiro Arménio – ADEMI/PE, registrou que seu voto é a favor do parecer do relator, mas contra a sugestão da instalação de uma passarela. Prosseguindo, o conselheiro José Rangel -DIRCON, fala que, "em nenhum momento, faltou por parte do município, do prefeito, do secretário, ou da DIRCON, um gesto que impedisse o crescimento da cidade de forma ordenada e sempre respeitando a legislação urbanística. Quando se faz necessário, nós embargamos qualquer obra. A fiscalização é uma atividade complexa, por exemplo, essa fábrica estava sendo construída em uma área, onde até muito pouco tempo se pensava pertencer ao município de Paulista. Outra coisa, o município não possuía na época, mapas que localizassem aquela área como área urbana da cidade. Só depois de já iniciada a construção, foi constatado que a área pertencia ao município do Recife. A obra na época estava sendo tramitada na Prefeitura de Paulista". Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Arménio que solicita um tempo para alguns informes de interesse, principalmente do Fórum do Prezeis, porque diz respeito ao setor de construção civil. "Uma das maiores demandas da sociedade é a construção de habitações. As casas que estão sendo construídas no bairro do Pina, estão com as obras atrasadas. As informações que nós temos é que é devido a falta de recursos. Recentemente, em setembro p.p. foi feita uma licitação para construção de 370 casas no Jiquiá, com objetivo de abrigar a população das áreas mais carentes. Essa licitação foi

vencida por uma determinada empresa. Passado o prazo, foi cancelada a licitação, para futuramente se fazer uma nova. Quero registrar aqui no Conselho, meu protesto e alerta, como também, que o setor não admitirá que essa obra seja feita, mesmo em caráter de emergência, com dispensa da licitação. Isso tem um custo para as empresas, gera expectativa na comunidade, o tempo passando e os problemas habitacionais a resolver. Outro protesto do setor é em relação ao Decreto, estendendo por mais 180 dias as decisões sobre o Código Florestal. Acharmos um tempo excessivo, embora reconheçamos o trabalho excelente de mapeamento feito pela Prefeitura”. A seguir, a conselheira Tatiana – SAJ, informou que realmente houve um problema em relação ao terreno onde será construída essas habitações. Problema esse que levou à SEPLAM, realizar a licitação, antes mesmo do terreno estar pronto para as construções. Finalizando a reunião, Dra. Norma agenda para o dia 21 de março de 2003 a 112ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, que terá como pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia 04 de dezembro de 2002 e da Ata da 110ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de dezembro de 2002. 2) Apresentação do estudo técnico do Código Florestal. 3) Plano Diretor (Informes). 4) Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 14 de fevereiro de 2003.

Djalma Souto Maior Paes Júnior – SEPLAM (presidente) _____

Norma Lacerda – SEPLAM (suplente do presidente) _____

José Cavalcanti de Rangel Moreira - SEPLAM (titular) _____

Rodolfo Ramirez Souto – Sec. da Política da Ass. Social (suplente) _____

Tatiana Maia da S. Mariz - Sec. de Assuntos Jurídicos(titular) _____

Djane Barros Mendonça Salsa – Sec. Educação (suplente) _____

Roberval Veras de Oliveira – Sec. Serviços Públicos (suplente) _____

Francisco José Couceiro de Oliveira – Sec. Desenv. Econômico (titular) _____

Carlos Eduardo Maciel Lyra- Sec. de Saneamento (titular) _____

Aubiérgio Barros de Souza Filho - CEF (titular) _____

Sílvia Maria Ramos de Oliveira - FIDEM(titular) _____

Maria de Fátima Furtado – MDU/UFPE (titular) _____

Antônio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente) _____

Antônio Aristóteles de G. Bastos - CREA (suplente) _____

Huseyin Miranda Sipahi – CORECON (titular) _____

Márcio de Souza Rocha –STIUEPE-CUT (suplente) _____

Enio Laprovitera da Motta – IAB (suplente) _____

Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI-PE (titular) _____

Ronaldo Coelho Filho – CENDHEC (titular) _____

Carlos Maurício da Fonseca Guerra – Josué de Castro (suplente)

Carlos Maurício da Fonseca Guerra

Carlos Antônio Barroso Aguiar – SCJP (titular)

Elaine de Oliveira Santos de Farias – Fórum do Prezeis (titular)

Elaine de Oliveira Santos de Farias

Maria Lúcia da Silva – FIJ (suplente)

Maria Lúcia da Silva

Altamir Jorge do Espírito Santo – MNLM-PE (titular)

Altamir Jorge do Espírito Santo